

# DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

## *Conquistar corações e mentes, derrotar a revolução: o Exército brasileiro e a influência das doutrinas militares francesa e norte-americana em tempos de Guerra Fria*

Conquering hearts and minds, defeating the revolution: the Brazil Army and the influence of the French and North American military doctrines in times of Cold War

Plínio Ferreira Guimarães<sup>1</sup>

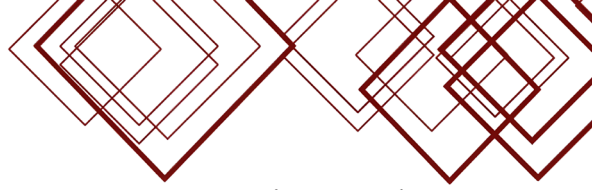
**Resumo:** Influenciado por doutrinas militares gestadas no período da Guerra Fria provenientes das Forças Armadas da França e dos Estados Unidos, parte do alto oficialato do Exército brasileiro passou a defender uma reorganização das corporações militares nacionais, tendo o olhar voltado às questões internas numa tentativa de prevenir-se à eclosão de possíveis insurreições como aquelas ocorridas no Terceiro Mundo após o fim da Segunda Guerra Mundial. Neste sentido, este artigo busca analisar como tais teorias foram reinterpretadas aqui no Brasil, em especial a doutrina da guerra revolucionária, e como repercutiu na preocupação em relação à aproximação de populações civis residentes em áreas carentes e isoladas com o objetivo de conquistar a simpatia destas e de conter a propagação dos ideais revolucionários.

**Palavras-chave:** Doutrina da Guerra Revolucionária; Contrainsurgência; Ditadura Militar.

**Abstract:** Influenced by the military doctrines created during the Cold War period from the American and French Armed Forces, part of the high ranking officers of the Brazilian Army began to advocate a reorganization of the national military corporations, looking at internal issues in an attempt to prevent possible outbreaks such as those that occurred in the Third World after the end of the World War II. In this sense, this article aims to analyze how such theories were reinterpreted here in Brazil, especially the Doctrine of Revolutionary War, and how it reflected on the concern regarding the approximation of civilian populations living in underserved and isolated areas with the objective of gaining the sympathy from these ones and to contain the spread of revolutionary ideals.

**Keywords:** Doctrine of Revolutionary War; Counterinsurgency; Military Dictatorship.

1.Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes) – campus Ibatiba e pesquisador do Grupo de Estudos Caparaó, vinculado à mesma instituição. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-4969-9521>.E-mail: [plinio.fguimaraes@gmail.com](mailto:plinio.fguimaraes@gmail.com).



## **A influência de doutrinas francesas e norte-americanas sobre as Forças Armadas brasileiras**

Ainda que houvesse entre o oficialato brasileiro grupos que admirassem modelos diferentes de organização das Forças Armadas, foram os franceses e os norte-americanos que durante o século XX influenciaram de fato o pensamento e a organização de nossas tropas. No caso francês, essa influência foi mais consistente entre as duas Grandes Guerras, quando uma missão oficial de instrução vigorou no Brasil. No entanto, mesmo com a reestruturação do Exército brasileiro estando a cargo de oficiais do país europeu no período, os norte-americanos buscaram aproximar-se através de áreas como a de serviços médicos, fabricação de pólvora ou mesmo da aviação. Estreitar laços com forças militares de outros países, como o Brasil, era visto como estratégico nas ambições norte-americanas de ampliarem sua influência política e econômica: “Os americanos eram sensíveis à importância de haver oficiais estrangeiros treinando nos Estados Unidos. ‘De fato’, declarou um deles, ‘considero este um dos melhores métodos de propaganda’” (MCCANN, 2007, p. 325).

389

Com o início da Segunda Guerra Mundial, a missão francesa foi chamada de volta ao país de origem, abrindo espaço para uma maior penetração da influência dos Estados Unidos sobre o nosso Exército. Entretanto, a aproximação que o Brasil tivera no campo econômico com a Alemanha nos anos 1930 fazia com que houvesse certa reticência por parte dos militares norte-americanos sobre o alcance dessa proximidade. Suspeitas de simpatia às forças do Eixo recaíam sobre parte do oficialato brasileiro (ARAUJO, 2008). A consolidação dessa aproximação só ocorreu quando o governo de Getúlio Vargas acertou o envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para lutar na Europa em apoio aos Aliados. Os soldados foram enviados à Itália onde atua-



ram em ação conjunta com as Forças Armadas dos Estados Unidos em combate ao Eixo. A partir da experiência na Segunda Guerra Mundial, as Forças Armadas brasileiras passaram a ter na organização das corporações militares norte-americanas um exemplo para reestruturar-se. Ademais, as derrotas sofridas pelos exércitos até então tidos como exemplo pelos oficiais brasileiros contribuiu para a aproximação militar com os Estados Unidos.

390

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, o comunismo se tornou uma preocupação maior para Washington. Ainda que revezasse momentos de maior ou menor cuidado com a região, manter a América Latina livre da “ameaça revolucionária” era tido como essencial para o país. Neste sentido, o Brasil, com o seu território de tamanho continental, era visto como estratégico. Porém, nos anos seguintes ao fim do conflito, foi a Europa o continente que recebeu maior atenção dos Estados Unidos. O surgimento de um bloco sob a órbita da União Soviética no Leste europeu e a ruína dos países da parte Ocidental fizeram com que o governo norte-americano dedicasse altas somas de dólares à Europa através do Plano Marshall. A reconstrução do Japão também recebera importante atenção dos norte-americanos. Com a Revolução Chinesa e a eclosão de movimentos de libertação do domínio colonial na Ásia durante a década de 1950, os recursos financeiros e a ajuda militar foram gradativamente sendo deslocados também para o continente asiático.

Enquanto isso, a América Latina ficava relegada ao segundo plano. Mesmo reconhecendo a importância de manter a região sob a sua esfera, poucos recursos foram destinados aos países latino-americanos pelo governo dos Estados Unidos. De acordo com Martins Filho (2005), nesse período, apenas Brasil e México receberam algum grau maior de atenção. Ainda assim, acordos bilaterais garantiram a influên-

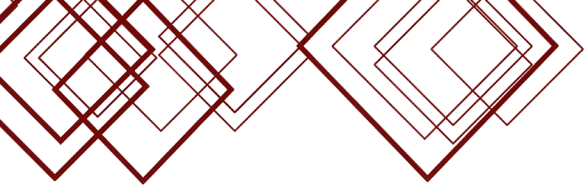


cia militar norte-americana sobre os países da região. A venda de armas e o fornecimento de equipamentos e treinamento aos militares latino-americanos foram utilizados como forma de mantê-los alinhados com as concepções defendidas pelos Estados Unidos no quadro da Guerra Fria.

No caso do Brasil, ainda que as tentativas de conseguir recursos financeiros para o desenvolvimento nacional junto aos Estados Unidos logo após o fim da Segunda Guerra Mundial tenham fracassado, aprofundou-se o alinhamento ideológico com o país. Além disso, acordos bilaterais foram realizados. Num deles, firmado em 1948, foi acertado que as Forças Armadas receberiam assessoria militar norte-americana e resultou na criação da Escola Superior de Guerra (ESG). A instituição foi inaugurada em 1949 e sua estrutura seguia os moldes da *National War College*, tendo militares americanos atuando como docentes na instituição brasileira por um longo período. Ainda que a ESG tivesse particularidades próprias, como a aceitação de alunos civis em seus cursos, a influência do modelo norte-americano era grande.

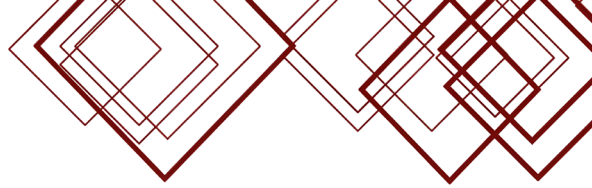
391

No entanto, se por um lado não se pode questionar a influência que o Exército dos Estados Unidos exerceu sobre o brasileiro no período posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial, por outro, é necessário destacar que as ideias francesas não foram abandonadas. Pelo contrário, no fim da década de 1950, o pensamento formulado no interior das Forças Armadas do país europeu teve grande ascendência sobre os militares brasileiros. Construída a partir da experiência das tropas francesas nos conflitos em suas antigas colônias na Ásia e na África, a doutrina da guerra revolucionária teorizava sobre um novo tipo de confronto para o qual os exércitos convencionais não estariam preparados.



Como afirma Chirio (2012), ainda que seja indiscutível a influência militar norte-americana sobre os exércitos da América Latina, baseada sobretudo na instrução de tropas, venda de armas e financiamentos, estes não possuíam uma doutrina sólida que pensasse as novas formas de conflito que eclodiam no Terceiro Mundo. Diante do desamparo em termos doutrinários, foi o pensamento militar francês aquele que melhor conseguiu teorizar as novas formas de luta. Confluindo com as perspectivas anticomunistas dominantes entre os militares brasileiros, a doutrina da guerra revolucionária respondeu a alguns dos anseios dos oficiais que pensavam a reestruturação das Forças Armadas para os novos tempos. De acordo com o general Octávio Costa, a expansão da teoria foi rápida. Ela teria entrado no país via ESG e logo se espalhou pelas demais escolas e pelos estados-maiores das três Armas. Farta documentação sobre a doutrina foi produzida, seminários e conferências foram realizados e os currículos foram reformulados a partir da nova perspectiva de guerra (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 2004).

No caso dos Estados Unidos, somente na década de 1960 deu-se maior atenção a uma teoria cujos preceitos estavam mais próximos daqueles definidos pela doutrina militar francesa, reconhecendo, assim, existir um novo tipo de guerra para a qual o país e seus principais aliados não estariam preparados. Na verdade, de acordo com Quadrat (2012), não apenas os militares latino-americanos teriam sido influenciados pela doutrina francesa. Os próprios norte-americanos teriam se curvado à doutrina e ao treinamento militar francês: “Ainda no início dos anos 1960, militares franceses foram contatados para cursos nos Estados Unidos, especialmente para treinar oficiais que seguiriam para o Vietnã” (QUADRAT, 2012, p. 36). A historiadora ainda menciona que franceses estiveram presentes em cursos ofertados por agentes norte-americanos na Escola das Américas.



Entretanto, há de se destacar que durante o governo de Dwight Eisenhower já havia a preocupação com a possibilidade de a América Latina ser tomada por revoluções. Ainda na década de 1950, os Estados Unidos já pensavam na reorganização das Forças Armadas e polícias da região, dando ênfase na ideia de que a segurança e o progresso eram indissociáveis. Pensava-se na ampliação do papel destas organizações transformando-as em “construtoras de nações”, auxiliando, assim, tanto no desenvolvimento econômico quanto na manutenção da ordem, o que estabeleceria uma barreira à penetração do comunismo (HUGGINS, 1998).

Porém, foi o fracasso da invasão da Baía dos Porcos em Cuba no ano de 1961 que gerou ações mais definidas dos Estados Unidos em relação à América latina. Até então, havia muitas críticas às teorias que redefiniam o papel das organizações militares e policiais: “[...] essa doutrina do remédio preventivo não fora plenamente aceita pelos planejadores norte-americanos de segurança nacional e internacional” (HUGGINS, 1998, p. 119). Diante das circunstâncias, o governo de John Kennedy foi obrigado a rever a estratégia de combate a movimentos revolucionários no exterior. Era o nascedouro da teoria da contrainsurgência que, assim como a doutrina francesa, defendia que as medidas puramente militares seriam ineficazes nestas regiões na luta contra movimentos rebeldes. Ações voltadas para a propaganda, o treinamento da polícia local, a melhoria dos sistemas de informação, políticas para o desenvolvimento econômico, entre outras, eram necessárias na tentativa de conter a ameaça representada pelo comunismo.

Contudo, mesmo com a proximidade existente entre os militares do Brasil e dos Estados Unidos no período, foi a doutrina francesa da guerra revolucionária que trouxe respostas mais concretas aos anseios dos oficiais daqui. Ainda que se reconheça a importância dos



programas de instrução oferecidos por instituições norte-americanas a homens das Forças Armadas e polícias latino-americanas – amplamente frequentados por agentes brasileiros –, nos textos produzidos por oficiais brasileiros, pouco espaço é destinado às teorias produzidas pela potência capitalista.

394

Houve, assim, uma dupla influência sobre as organizações militares brasileiras no período. Se a doutrina predominante é aquela vinculada ao pensamento militar francês, não se pode deixar de destacar a forte proximidade com os Estados Unidos. Os americanos também teorizavam sobre as necessidades de se conter os avanços dos movimentos revolucionários, sobretudo após a doutrina da contrainsurgência que compartilhava a ideia presente na doutrina militar francesa de que uma nova forma de luta havia se estabelecido e que a mera repressão violenta pelas tropas convencionais não seria suficiente para contê-la. Diante de tal visão, o governo dos Estados Unidos adotou políticas específicas voltados para os países do Terceiro Mundo, compreendidos como mais vulneráveis às ações revolucionárias, e promoveu programas de treinamentos das Forças Armadas e das polícias de tais nações. Com isso, pode-se afirmar que, na teoria, a doutrina da guerra revolucionária francesa foi aquela que mais esteve presente nas discussões para a reformulação dos currículos das escolas militares no Brasil, mas, na prática, foram os programas patrocinados pelos Estados Unidos que estiveram mais próximos na construção do processo de instrução das tropas para as novas formas de luta para a qual deveriam estar preparadas.

### **A Doutrina da Guerra Revolucionária e a sua incorporação por oficiais brasileiros**





Desde fins da década de 1950, parte da alta oficialidade das Forças Armadas passou a interpretar que haveria uma tentativa de revolução em marcha no país, levando ao risco de tomada do poder pelos comunistas. Tal discurso se tornou muito forte no meio militar e as mobilizações crescentes que precederam o golpe de 1964 foram entendidas como um sinal claro de um processo revolucionário para alguns. Porém, a apreensão e a vigília em torno do perigo comunista não aconteceram de uma hora para outra, nem se pode simplesmente compreendê-las como algo construído em decorrência da Guerra Fria. Pelo contrário, já havia um imaginário anticomunista consolidado no interior das Forças Armadas no Brasil, sendo este anterior à Guerra Fria e que teria se cristalizado após os levantes ocorridos em quartéis de Natal, de Recife e do Rio de Janeiro em novembro de 1935 organizados por militares ligados à Aliança Nacional Libertadora (ANL) e ao Partido Comunista do Brasil (PCB). O movimento, que ficou conhecido como a “Intentona Comunista”, sofreu forte campanha difamatória e diversos agentes contribuíram para a construção da imagem negativa em torno da Intentona e do comunismo como um inimigo que se infiltrara na sociedade, exigindo a manutenção de constante vigilância.

395

Mas se o anticomunismo militar brasileiro é anterior à Guerra Fria, não se pode deixar de avaliar o impacto desta sobre as Forças Armadas do país. Como afirma Motta (2004), elementos doutrinários provenientes da cultura da Guerra Fria juntaram-se ao anticomunismo tradicional de nossas corporações, principalmente os conceitos de guerra revolucionária e de segurança nacional. Em relação à Doutrina de Segurança Nacional (DSN), formulada no interior da ESG na década de 1950, havia a preocupação de se construir um projeto político-estratégico de Segurança Nacional, identificando os perigos à segurança interna do país e as ações necessárias para evitá-los “[...] como o com-





bate ao subdesenvolvimento, a ocupação de territórios despovoados e a defesa das fronteiras” (MOTTA, 2004, p. 300), mas sempre tendo o anticomunismo como elemento central para a sua compreensão. A DSN, entretanto, não possuía um conjunto doutrinário sistemático que de fato tenha influenciado a formatação das Forças Armadas brasileiras naquele momento.

396

Coube à doutrina da guerra revolucionária trazer respostas mais concretas aos anseios dos oficiais brasileiros. O seu conceito seria “[...] uma tentativa de teorizar sobre as estratégias adotadas pelos comunistas após a Segunda Guerra, especialmente em ações no Terceiro Mundo” (MOTTA, 2004, p. 300), visando construir uma doutrina voltada ao combate aos revolucionários. Este conceito se tornou central nas formulações da DSN desenvolvidas no interior da ESG entre fins da década de 1950 e a década de 1960, alçando o comunismo à categoria de ameaça maior, que trabalharia internamente para desagregar a nação e desestruturar a ordem estabelecida, lançando-se depois numa guerra de guerrilhas até assaltar o poder. A configuração do inimigo se alterara a partir de então: “O que deveria ser combatido não era mais um exército com outra bandeira ou outra farda, mas sim uma ideia. A mudança na concepção do inimigo também acabou gerando a percepção da necessidade de novas estratégias de combate” (QUADRAT, 2012, p. 21).

O pioneirismo francês no desenvolvimento de uma nova doutrina que pensasse a guerra revolucionária se deve à sua experiência nos conflitos na Indochina e na Argélia. Derrotado, o Exército do país entendeu como um sinal de que havia algo errado com a própria doutrina militar que não atendia mais ao novo tipo de guerra que surgia. Daí o destaque para o livro *Guerrilhas e Revoluções*, escrito em 1958 pelo coronel francês Gabriel Bonnet. Ex-professor do Centro de Preparação à Escola Superior de Guerra da França, Bonnet passou a se dedicar ao



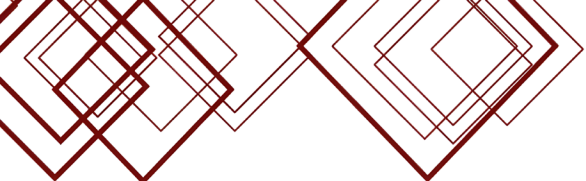
estudo das guerras revolucionária e insurrecional após o fracasso de seu país no enfrentamento de lutas em suas antigas colônias na Ásia e na África. Sua obra e de outros militares franceses influenciaram fortemente oficiais brasileiros. O general Carlos de Meira Mattos é um dos principais exemplos neste sentido. Em artigo publicado na revista *A Defesa Nacional* de março/abril de 1967, Meira Mattos, na época ainda coronel, destaca a importância da experiência francesa e da construção de uma doutrina que teorizasse esse novo tipo de guerra:

Os franceses, como se sabe, suportaram neste pós-guerra as seguintes operações revolucionárias ou insurrecionais: na Indochina durante 10 anos; na Tunísia e no Marrocos; e na Argélia durante 7 anos e meio. Podemos dizer que a experiência gaulesa foi intensamente aplicada no sentido de criar uma doutrina antiinsurrecional, daí extraíndo os processos de combates contra guerrilheiros. (MATTOS, 1967, p. 14)

397

O próprio Meira Mattos foi o responsável pela apresentação da versão brasileira do livro de Bonnet. No texto, o militar brasileiro afirma ser o seu colega francês aquele que melhor ofereceu subsídios à compreensão e à difusão das discussões sobre a guerra revolucionária. O general brasileiro afirma que os franceses não estavam preparados para as novas formas de conflito em suas antigas colônias na Ásia e na África, sucumbindo ao tipo de luta imposta pelas massas revoltosas, o que é exposto pelo próprio Bonnet em seu livro:

O conflito indochinês provou ao mundo que os métodos e meios de guerra clássicos são tão desprovidos de valor quanto a moeda falsa. Nenhum exército, hoje em dia, pode esperar fazer face a um inimigo, se não der a mais alta importância a essas realidades fundamentais. Seria imprudente subestimá-las, quando as forças morais comprimidas na enigmática alma oriental se expandem e ganham, com enorme pressão, o continente africano. Noutra zona nevrálgica, de Tunísia a Casablanca, como o soar grave de um gongo, e anunciam trágicos fas-



tos. Oxalá tais promissórias estivessem longe do vencimento. (BONNET, 1963, p. 230-231).

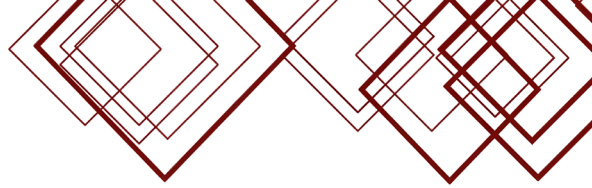
Assim, as derrotas sofridas em seu mundo colonial fizeram com que o Exército francês repensasse as suas teorias de guerra e a sua própria estrutura. Para combater essa nova forma de ação, as Forças Armadas do país introduziram a guerra revolucionária no centro de seu pensamento militar e de sua doutrina operacional. Na perspectiva dos militares franceses, a guerra revolucionária era diferente da guerra convencional principalmente por colocar o recurso às armas apenas em sua última fase, sendo um conflito dividido em cinco etapas. Destas, as etapas iniciais estariam voltadas para a deterioração das estruturas do poder vigente e para a conquista da população civil.

398

O major Kleber Frederico de Oliveira, em artigo publicado na revista *A Defesa Nacional* na edição referente aos meses de maio/junho de 1964, destaca os diferentes momentos da guerra revolucionária, onde existiriam dois períodos subdivididos em cinco fases. O primeiro período seria o “preparatório”, caracterizado sobretudo pela clandestinidade das ações revolucionárias, pela implantação da sua infraestrutura no organismo social e pela ação psicológica no intuito de abrir caminho para a penetração da ideologia do movimento e corroer as bases do regime constituído. Neste sentido, o período preparatório estaria subdividido em duas fases:

(a) Organização: trata-se, primeiro de “envenenar” as contradições internas da sociedade visada. Núcleos ativos e secretos são constituídos. Uma agitação bem coordenada focaliza as falhas da administração, exagerando suas consequências por meio de artigos na imprensa, reuniões públicas, cartazes ou pichamentos. Organiza-se a rede revolucionária, sob as condições do mais rigoroso sigilo.

(b) Ampliação: a segunda fase visa à criação do clima para a



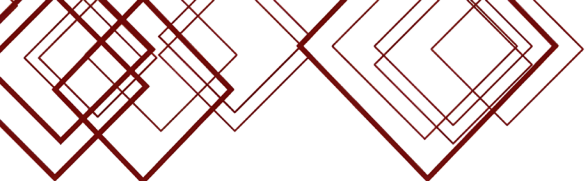
revolução. As ações necessárias serão as greves, a sabotagem, manifestações de rua. É como o crescimento da “febre social”, começada na 1ª fase. Começa a infiltração dos elementos revolucionários nos órgãos da administração pública, a princípio veladamente e depois ostensivamente: assim a pressão sobre o núcleo dirigente é feita de forma convergente e com o apoio legal daqueles. Organiza-se a rede de informações revolucionárias. No fim desta fase produzem-se atentados de efeito espetaculares: incêndios, descarrilamentos, etc. A imprensa sensacionalista agrava os seus resultados e os seus efeitos sobre a economia nacional. A consequência de tudo isto é o descontentamento com a administração pública e o aparecimento do “clima revolucionário”: está concluído o período preparatório. (OLIVEIRA, 1964, p. 36-37)

O segundo período seria o “revolucionário” ou da “violência”. Nele, haveria já o uso sistematizado da violência, passando a população, já controlada pelo que o oficial chama de “hierarquias paralelas”, a tomar parte na luta. Seu engajamento é construído num espaço de tempo mais ou menos longo. No período revolucionário de fato teríamos as 3 fases finais do movimento:

399

(a) Ativação das massas: começa a tomar corpo a construção da violência sistemática e do terrorismo, ultima-se a ruptura do contato físico e psicológico entre as massas e as elites; surge a administração revolucionária que enquadra a população e assegura a sua cumplicidade passiva, em “bases” liberadas onde se desenvolve o espírito de guerrilha. No fim da fase os primeiros guerrilheiros começam a atuar, beneficiando-se daquelas bases.

(b) Criação das forças semi-regulares: nucleares em torno dos bandos guerrilheiros que aparecem em torno das “bases”, as forças semi-regulares ampliam sua zona de ação. Com o crescimento da organização, e o alargamento das bases, diferencia-se a estrutura revolucionária nos planos militar e civil. Surge o “coletor de contribuições”, o “juiz”, o “agente de segurança”. Nas bases onde já se sente em segurança instaura-se o “governo provisório” que lança as suas primeiras proclamações e assegura com sua ação administrativa o apoio logístico à revolução.



(c) Aparição do exército regular: as “zonas liberadas”, ou “bases” crescem progressivamente e se aglutinam, tornando-se afinal maiores que o resto do país. Quando a hierarquia legal já está tão sem substância, tão desmoralizada que não possa opor resistência coordenada, o Exército regular revolucionário, estrutura nos estágios sucessivos de “tropas locais”, “guerrilheiros” e “tropas regionais”, faz sua aparição triunfal. Este exercício surge depois que os chefes subversivos controlem uma área considerável de território, em geral situada em um terreno difícil e apoiada na fronteira de um país amigo. Nos últimos estágios da 5ª fase, a sociedade já é como o fruto podre que basta um sopro mais forte da brisa para ser derrubado. Este sopro é exatamente a aparição do exército revolucionário, como ocorreu na China em 1949, embora a revolução tenha tido suas sementes naquele país em 1930. (OLIVEIRA, 1964, p. 37-38)

400

No artigo, o major Kleber Oliveira ainda define que as ações revolucionárias se utilizariam de duas técnicas: a destrutiva e a construtiva. Na primeira técnica, os comunistas se valeriam de greves, resistências pacíficas, motins e terrorismo seletivo como estratégia para abalar a estrutura social. Logo em seguida, buscariam intimidar os membros da sociedade através do manejo das massas, do terrorismo sistemático, de sabotagens, de campanhas em busca da simpatia popular através da imprensa e, na fase final, da guerrilha. A técnica destrutiva ainda teria como objetivo desmoralizar as elites dirigentes negando os seus êxitos na gestão do Estado, ampliando e divulgando os erros cometidos, fazendo com que pairassem dúvidas sobre governantes e magistrados, entre outras ações. O artigo ainda destaca que aqueles que resistissem deveriam ser liquidados através de assassinatos, execuções em grupo, deportações, entre outros. Por fim, visariam conquistar os “neutros” através de garantias fictícias que poderiam ser descumpridas mais tarde e se valeriam de causas justas como ideologias intermediárias para tal.

Já a técnica construtiva teria por intuito a elaboração de uma imagem positiva da sociedade comunista. Para tanto, visaria selecionar



e formar elementos ativos para ações de propaganda, agitações, sabotagens e para exercerem a liderança de movimentos sociais, etc. Os agentes da revolução semeariam a pregação revolucionária como solução para os problemas sociais existentes. Outra forma de ação da técnica construtiva mencionada pelo oficial é a impregnação psicológica, onde slogans repetitivos seriam destinados à população em conjunto como forma de conquistar àqueles até então indiferentes ao discurso revolucionário. Por fim, a técnica construtiva se vale daquilo que o major Kleber Oliveira chama de enquadramento das massas:

[...] insuflados pelos ativistas e doutrinados pelos “slogans” o povo precisa ser enquadrado por um sistema de “hierarquias paralelas”, que o conduzirá. Trata-se de preparar o arcabouço da nova ordem social: ao lado de cada representante da administração pública, aparece um elemento controlado pelos revolucionários, uma “sombra” que dilui e esvazia a sua autoridade. (OLIVEIRA, 1964, p. 35-36)

401

Para a eficiência do enquadramento das massas, os revolucionários se utilizariam de associações diversas como os sindicatos, organizações estudantis, associações rurais, sociedades esportivas, comitês organizados em pirâmide que se comunicariam da base local até o Comitê Central, além do próprio partido revolucionário.

Além disso, o major Kleber Oliveira afirma que, em sua dinâmica, o movimento revolucionário se aproveita de ideologias não marxistas para mascarar o seu caráter comunista, lançando um espírito de confusão e ganhando a adesão daqueles que não adeririam ao comunismo. De acordo com o oficial, essa condição ainda poderia render aos revolucionários o apoio externo à causa ou, no mínimo, uma situação de neutralidade em relação ao movimento. As contradições sociais seriam exploradas adequando o discurso a cada ouvinte, de acordo com



o seu grupo social e grau intelectual. A construção de uma rede de coleta e difusão de informações e a formação do partido ocorreriam na clandestinidade. Assim, a revolução se fortaleceria a partir da força das ideias e da exploração da gravidade das contradições internas. Ainda de acordo com o oficial, toda a organização se ampliaria através de associações aparentemente inocentes, mas sob o controle do partido. O desenvolvimento da revolução ocorreria, portanto, sem que a maioria das pessoas se desse conta dela e, os poucos que a percebessem, não seriam ouvidos pelas autoridades. Ações terroristas disseminariam o medo, rompendo o contato físico e psíquico entre povo e governo, facilitando a “ação subversiva”.

402

Dessa forma, a guerra revolucionária passou a ocupar lugar de destaque entre os oficiais das Forças Armadas brasileiras. No país, a difusão da doutrina se torna maior a partir de 1960. Nesse ano, vários artigos discutindo a guerra revolucionária passam a ser publicados em revistas militares. De acordo com Martins Filho (2008), duas edições do *Mensário de Cultura Militar*, publicadas em novembro/dezembro de 1960 e em setembro de 1961, foram dedicadas exclusivamente à temática da guerra revolucionária.

Também a revista *A Defesa Nacional* passa a se ocupar do tema a partir de 1960. Ainda que não discutisse diretamente a doutrina da guerra revolucionária, o artigo do coronel do Exército brasileiro Ayrton Salgueiro de Freitas publicado na revista de agosto daquele ano alertava para a necessidade de uma ofensiva organizada e bem planejada contra o avanço comunista. Freitas destacava a sua preocupação com a população civil, afirmando que tal ofensiva deveria começar pelo indivíduo comum, o cidadão que, desinformado, seria presa fácil para as ideias revolucionárias:



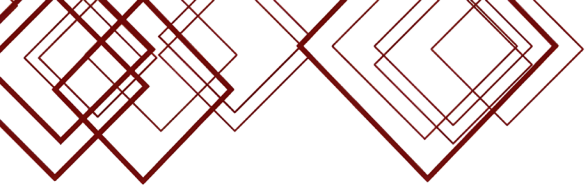


[...] Tem que começar com você, pois só quando um cidadão conheça a verdade a respeito do Comunismo poderá tornar-se invulnerável à sua ameaça. A sua luta contra os soviéticos deve ser iniciada com um só soldado – VOCÊ, pois para que ela seja eficiente torna-se necessário que, desde o início, VOCÊ utilize a arma do conhecimento e a couraça da vigilância. (FREITAS, 1960, p. 3)

Na mesma edição da revista *A Defesa Nacional* outro texto se destaca: *A guerra insurrecional ou revolucionária*, do já mencionado general Carlos de Meira Mattos, na época ainda tenente-coronel. O artigo alertava para os perigos de ações para as quais as Forças Armadas deveriam estar preparadas, afirmando que a guerra revolucionária representaria maiores perigos que as guerras convencional e nuclear. Ao agir no campo psicológico e ideológico visando a conquista do apoio popular, a guerra revolucionária havia se transformado numa poderosa arma a serviço do comunismo internacional. Sendo assim, o combate a tal tipo de guerra passaria pelo trabalho junto às populações civis que, hostis aos revolucionários, não permitiriam que estes lograssem sucesso em suas ações (MATTOS, 1960).

403

Nas décadas de 1960 e 1970, muitas são as publicações especializadas tratando da guerra revolucionária, assim como a sua principal estratégia de ação, a guerrilha. A revista *A Defesa Nacional* e o jornal *Noticiário do Exército*, por exemplo, passam a publicar diversos artigos referentes à guerra revolucionária ou guerra insurrecional. Em relação aos dois termos, as Forças Armadas brasileiras os tratam como sinônimos, ainda que haja aspectos conceituais que os diferencie, como uma maior ênfase na questão da ideologia marxista para o primeiro. A palestra proferida pelo coronel Fragoso em 1959 tratou de mostrar a sua visão a respeito da doutrina distinguindo a guerra revolucionária da guerra insurrecional:



[...] 1) “a guerra insurrecional da Revolução para a conquista do mundo”, enquanto as GIs podem se restringir a um país, e 2) a GR tem uma doutrina: marxista leninista, ao passo que as GIs “tem processos empíricos”. Seu marco seria a Revolução Chinesa de 1949 e seu teórico principal Mao Tsé-Tung. (MARTINS FILHO, 2008, p. 43)

Fragoso ainda destacaria que a guerra revolucionária teria caráter insidioso e subliminar, sendo que o seu objetivo e a sua arma estariam voltados para a própria população do país-alvo.

404

No texto de apresentação do livro de Bonnet (1963), o general Meira Mattos também destaca a diferenciação entre os termos guerra revolucionária e guerra insurrecional. De acordo com o militar, a dificuldade na conceituação entre as duas formas de guerra gerava confusão na tentativa de defini-las. Para solucionar o problema, o Estado-Maior das Forças Armadas brasileiras teria optado por distinguir as duas denominações focando na ideologia marxista-leninista como predominante para delinear o termo guerra revolucionária, enquanto na guerra insurrecional ela seria inexistente ou secundária.

O coronel Gabriel Bonnet destaca o papel importante que o marxismo tem na construção do novo tipo de guerra. Segundo ele, as obras de Karl Marx e de Friedrich Engels foram negligenciadas pelos ocidentais que não teriam dado a devida atenção aos aspectos militares presentes nestas: “Marx e Engels foram chamados, com justa razão, ‘os pais da guerra total e da estratégia revolucionária’” (BONNET, 1963, p.130). De acordo com o militar francês, a guerra defendida pelos teóricos do socialismo se decidiria nos *fronts* da guerra econômica e psicológica. Para a conquista do poder, seria necessário o recurso à violência. Neste sentido, Marx defenderia que a mobilização popular não poderia se contentar com estratégias convencionais de guerra, sendo a guerri-



lha o caminho para a vitória sobre os exércitos da autoridade até então instituída.

Mesmo havendo a definição do Estado-Maior das Forças Armadas brasileiras por diferenciar os termos guerra revolucionária e insurrecional, sendo a primeira delimitada por sua concepção marxista-leninista, é importante destacar que, em alguns textos, nota-se preferência no uso do termo guerra insurrecional para definir aquela sob influência da ideologia marxista. É o que se percebe no artigo do tenente-coronel João Perboyre de Vasconcelos Ferreira publicado na revista *A Defesa Nacional* dos meses de julho/agosto de 1962. De acordo com ele, a predileção pelo termo guerra insurrecional pelas Forças Armadas brasileiras se explicaria pela representação que a palavra “revolução” teria para a população: “[...] expressões derivadas do termo ‘revolução’ adquirem, por vezes, na semântica brasileira, um caráter positivo de evolução e aperfeiçoamento, ao passo que o termo ‘insurrecional’ presta-se melhor para caracterizar o sentido das ações em causa” (FERREIRA, 1962, p. 9). O uso do termo guerra insurrecional havia sido defendido antes por Meira Mattos em artigo publicado no *Mensário da Cultura Militar* em 1961, como descreve o próprio Perboyre.

405

Definida como uma ação de caráter ofensiva, a guerra revolucionária teria então como objetivo a desestruturação do poder vigente e a sua substituição por uma nova ordem, a comunista. Para tanto, a ação militar seria relegada ao segundo plano, havendo primeiramente um trabalho no sentido de voltar a população contra o governo instituído e, em seguida, conquistá-la com a proposta de uma nova sociedade, como descreve o major Kleber Frederico no já citado artigo publicado em *A Defesa Nacional*: “[...] A universalidade dos campos de operação da guerra revolucionária permite afirmar que ela atua muito mais no âmbito civil do que no militar” (OLIVEIRA, 1964, p. 28). De acor-



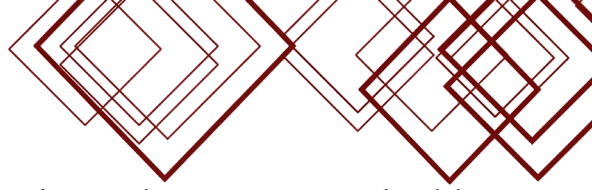
do com o oficial, o campo de batalha na guerra revolucionária seria subjetivo, desenvolvendo-se “[...] nos sentimentos e no pensamento das populações” (OLIVEIRA, 1964, p. 32), daí a necessidade de se conquistar as massas, sendo este o objetivo primordial da guerra revolucionária. As contradições internas, existentes em toda sociedade, são trabalhadas pelos revolucionários na tentativa de ganhar a simpatia da população civil. Neste sentido, Bonnet defende que as contradições de caráter econômico sempre serviram como fermento para a revolução:

São incontestavelmente as contradições econômicas internas que, ao longo de todos os séculos, ocupam o primeiro lugar nas causas das revoluções. As profundas alterações da economia e as especulações de todo gênero, a alta dos preços e a inflação, o desemprego e o fardo dos impostos constituem sempre um grave perigo social. Quebram a coesão da sociedade e ensinam às classes miseráveis o ódio e a violência. A História é uma imensa tela onde, frequentemente, a miséria de uma grande massa faz contraste com a riqueza de uma minoria que ostenta sua fortuna com provocante inconsciência. Se o contraste é por demais chocante, acumula forças explosivas e impele à revolta (BONNET, 1963, p.11).

406

Como se percebe, os teóricos da guerra revolucionária alertavam para os perigos de uma nova forma de ação para a qual as forças legais poderiam não estar preparadas. Viam a infiltração comunista como uma realidade a ser combatida com fervor e mostravam preocupações com as condições internas. Os graves problemas econômicos e as fortes disparidades sociais eram tidos como fermento para as ações de “grupos subversivos” que, segundo eles, poderiam encontrar na população insatisfeita um campo fértil para a introdução de críticas ao governo estabelecido e de inserção da doutrina marxista.

Recorrendo novamente a Bonnet, o oficial francês destacou em seu livro que as condições internas existentes na Indochina e na Argélia



foram responsáveis pela eclosão dos movimentos contra o domínio francês. Neste sentido, o militar critica a própria política colonialista da França por não ter dado importância aos anseios dos povos destas regiões: “Ao incentivar a miséria, o ‘colonialismo’ fez-se cúmplice de todo mal que ela consigo arrasta. Ao rechaçar as reformas, abriu as portas às crises revolucionárias” (BONNET, 1963, p. 236). Para o oficial, a França teria sido surpreendida diante da velocidade dos acontecimentos. Porém, os conflitos poderiam ter sido evitados caso o país tivesse realizado as reformas desejadas pelos povos dominados. Segundo ele, uma série de ações deveriam ter sido promovidas pelo governo francês que permitiriam o desenvolvimento da Argélia, dentre elas maior atenção à exploração das reservas minerais do Saara, melhorias de estradas e vias férreas, reestruturação dos portos e aeroportos e dos meios de comunicação, facilitação do acesso à propriedade rural e a modernização das técnicas e instrumentos de cultivo, adoção de medidas para melhor alimentar a população, entre outras sugeridas pelo oficial.

407

Assim, o militar francês definia em sua obra que as desigualdades econômicas e sociais eram fomentadoras dos conflitos enfrentados por seu país nas áreas por ele dominadas. Ao não dar vazão aos anseios das populações destas regiões, a França empurrava suas Forças Armadas para uma guerra difícil de ser vencida, já que não estariam preparados para ela. Os combatentes revoltosos se misturavam à sua própria população, faziam parte dela, o que dificultava as ações de repressão. Com o avanço dos combates, os grupos revolucionários conquistavam o povo para a sua causa. Bonnet trazia um alerta sobre a necessidade não apenas de se preparar para um novo tipo guerra onde tropas convencionais certamente fracassariam, mas, principalmente, sobre a necessidade de evitá-la.

Assim, os olhares das Forças Armadas dos países alinhados ao



bloco capitalista voltavam-se para o Terceiro Mundo. As derrotas francesas sofridas em seu império colonial aumentavam o receio de novos movimentos insurrecionais. Eram nas regiões ainda em desenvolvimento que se concentravam as esperanças dos grupos revolucionários: “Representava a grande maioria dos seres humanos. Parecia um vulcão global prestes a entrar em erupção, um campo sísmico cujos tremores anunciavam os grandes terremotos futuros” (HOBSBAWM, 1995, p.424).

408

No Brasil, já havia a preocupação de oficiais ligados à ESG em construir uma teoria que pensasse desenvolvimento econômico e segurança nacional mantendo o país longe do comunismo, por isso, a experiência vivida pelos franceses impactaria ainda mais sobre as corporações militares. Daí, também, o momento de maior influência da doutrina revolucionária se daria na década de 1960. No período, a América Latina vivia já sob a sombra da Revolução Cubana e o Brasil enfrentava o recrudescimento das disputas políticas desde a renúncia de Jânio Quadros ao posto de presidente da República. Com a influência do pensamento militar francês entre os oficiais das Forças Armadas brasileiras, pode-se indagar como tal grupo passou a enxergar as mobilizações que tomaram conta do país em favor das reformas de base e que contaram com a participação, inclusive, de militares de baixa patente. Para muitos oficiais, a revolução encontrava-se em marcha no país.

### **Nem só com armas se combate o comunismo: a guerra revolucionária e a população civil**

Para os teóricos da doutrina da guerra revolucionária, a preocupação dos militares não deveria se restringir apenas em preparar-se para o enfrentamento de grupos insurgentes através das armas, mas



antecipar-se ao criar barreiras na tentativa de não permitir que os marxistas conseguissem inculcar sua ideologia junto aos habitantes da nação. Como afirmou o médico psiquiatra Antônio Carlos Pacheco e Silva em palestra realizada em dezembro de 1961 no “Fórum de Debates Roberto Simonsen” e publicada na revista *A Defesa Nacional* de jul/ago de 1962, os comunistas utilizariam da propaganda junto à população civil e de outras ações “[...] capazes de despertar estados emocionais e passionais, comprometendo o raciocínio frio e objetivo dos fatos” (PACHECO E SILVA, 1962, p. 29). Dessa forma, a ação armada de fato só ocorreria como recurso extremo, após o esgotamento dos demais meios.

Em artigo publicado em 1961 na revista *A Defesa Nacional*, o capitão Frederico Kurz (1961) chamava a atenção sobre como na Guerra Fria as disputas se dariam cada vez mais pelo domínio das mentes.

409

Indo no mesmo sentido, o general Meira Mattos afirma que tanto a guerra clássica quanto a revolucionária têm por objetivo a conquista do poder político. Porém, enquanto a primeira se vale das grandes batalhas, a segunda adota estratégia diferente:

Seu campo de batalha principal são as vontades, as mentes. Atua sobre as vontades, primeiramente visando a tirar-lhes a capacidade de lutar em defesa de suas convicções, neutralizando essas convicções, pelas pressões, ameaças, terror; em seguida, substituindo-as por uma nova ideologia. Age, assim, sobre as mentes em dois estágios – um destrutivo (intoxicação psicológica, lavagem de cérebro) e outro construtivo – (formação do militante da nova ideologia). (MATTOS, 1967, p. 11)

Com a finalidade de minar o poder constituído e conquistar os indivíduos da nação, a guerra revolucionária se valeria então de uma forma diferente de ação denominada por muitos teóricos como





guerra psicológica. Esta se travaria muito mais no campo das mentes, sendo a propaganda essencial para que obtivesse o efeito desejado sobre a população alvo. A propaganda seria o principal elemento da guerra psicológica, sendo ela empregada com a finalidade de “[...] minar a resistência do inimigo, de desmoralizar suas forças” (KURZ, 1961, p. 41), levando-o a reconhecer a derrota como algo inevitável e fortalecendo o moral das tropas amigas. O capitão Frederico Kurz classifica diversas formas de propaganda utilizadas na guerra psicológica, entre elas a propagação de boatos e o uso do rádio, de alto-falantes, de meios escritos como jornais e panfletos, de filmes, entre outros.

410

Entretanto, se “forças subversivas” se utilizavam desta forma de ação na tentativa de colocarem seus planos revolucionários em execução, também as forças oficiais deveriam se valer dela. O coronel Joffre Sampaio, em artigo publicado em 1966 na revista *A Defesa Nacional*, mostrava preocupação com os indivíduos que ingressavam no serviço militar, defendendo o emprego de uma ação psicossocial no interior dos quartéis. Para Sampaio, as instruções militares deveriam estar concatenadas com um processo educacional que extrapolaria os limites da caserna: “A ciência militar já firmou o conceito de que em nossos dias, e nos países em via de desenvolvimento, a capacitação do soldado para enfrentar a Guerra Revolucionária é mais um problema de Educação do que de Instrução” (SAMPAIO, 1966, p. 129). A construção de uma opinião entre a população favorável aos militares passaria por um trabalho de relações públicas eficiente e pelo aperfeiçoamento daquilo que o oficial chama de qualidades de cidadão a serem desenvolvidas no soldado. Bem informados e educados, civis e militares fortaleceriam suas posições mutuamente, criando uma barreira à penetração da ideologia marxista, diminuindo



do as chances de o país passar por uma guerra revolucionária.

A criação do Centro de Estudos de Pessoal (CEP) após o golpe 1964 é uma demonstração dessa preocupação por parte das Forças Armadas brasileiras. Além dos cursos de informações voltados a oficiais e sargentos que, segundo Antunes (2001), formava especialistas que trabalharam nos órgãos de informações durante a ditadura militar, o CEP também ofertou cursos voltados para a área de opinião pública: os cursos de “Operações Psicológicas” e “Opinião Pública e de Relações Públicas”. Em palestra proferida em aula inaugural do CEP em 1968, o então coronel Octavio Costa mostrou a preocupação do Exército com as batalhas no campo psicológico, sendo este o fator primordial para que a corporação passasse a se preocupar com a opinião pública: “Trata-se, isto sim, de negar a falsa imagem, a distorção, a calúnia, a mentira, preservando e cultivando a legítima” (COSTA, 1968, p. 77). O incentivo a uma educação que valorizasse o civismo seria um dos elementos importantes na tentativa de se levantar uma barreira contra o avanço dos ideais comunistas.

411

Entretanto, se as Forças Armadas entendiam que a guerra revolucionária era um perigo real e que sua ação se dava muito mais no campo mental do que no recurso às armas, eram necessárias novas estratégias para fazer frente ao seu avanço. Por isso, mais do que demonstrar que a guerra revolucionária não poderia ser combatida da mesma maneira que as demais guerras clássicas, os textos que versavam sobre a doutrina dedicavam especial atenção à população civil cuja conquista impossibilitaria que o “germe da revolução” tivesse êxito no interior de uma sociedade, como afirma o oficial de Estado-Maior tenente-coronel Adalberto de A. Cardoso (1962) em artigo publicado na revista *A Defesa Nacional*. No texto, destaca-se a importância da doutrinação quanto ao perigo comunista, sendo esta

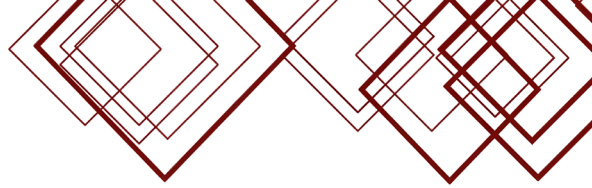


destinada tanto às tropas quanto à população civil. Entre os pontos destacados, o militar chama a atenção para o perigo da infiltração de agentes a serviço do comunismo em órgãos de governo, de defesa, nos transportes, serviços e produção, nas instituições de ensino e nos órgãos de imprensa, a exploração das graves dificuldades vividas pela população brasileira, agravamento do ressentimento entre as classes e as regiões do país, desmoralização do governo e de seus programas e a exaltação do regime comunista.

412

Para Meira Mattos, os agentes comunistas visariam criar o campo psicológico e ideológico favorável ao desenvolvimento da guerra revolucionária através da conquista do apoio popular, transformando-se numa ameaça permanente às potências ocidentais da época, colocadas na defensiva diante do quadro da Guerra Fria. No entanto, os planos comunistas só obteriam sucesso em caso de conquista da simpatia desta: “*É princípio fundamental que nenhuma guerra insurrecional alcançará sucesso se a população civil da área configurada lhe for hostil*” (MATTOS, 1960, p. 121).

As questões sociais, portanto, aparecem como elemento central nas discussões promovidas por oficiais que escreveram sobre a doutrina da guerra revolucionária. A ação junto às populações desassistidas era tida como de suma importância. As péssimas condições sociais eram consideradas grandes brechas para a entrada da ideologia marxista: “A solução da força é o remédio derradeiro para quem não soube prevenir” (FERREIRA, 1962, p. 20). Da mesma forma, o desenvolvimento do espírito patriótico e religioso era entendido como auxiliar na luta contra a revolução. Para o tenente-coronel João Perboyre de Vasconcelos Ferreira, mesmo em áreas onde a guerra revolucionária estivesse em sua fase pré-insurrecional, ainda haveria soluções secundárias que poderiam amenizar a situação, como



propagandas e campanhas de esclarecimento salientando as virtudes da democracia e destacando os símbolos da nação contra aqueles do comunismo. Porém, somente através do combate ao subdesenvolvimento é que se teria uma ação eficiente de fato que impediria o avanço da revolução. O militar mostra preocupação com as condições internas no Brasil, principalmente em relação à região Nordeste, que é definida por ele como uma área problema que “[...] vive padrões distanciados grandemente dos modelos preconizados e inclusive dos próprios padrões vigentes no sul do país” (FERREIRA, 1962, p.21).

Como já discutido, Bonnet (1963) lamentara em sua obra que a administração francesa nas áreas coloniais não tenha dado a devida atenção às necessidades das populações locais, utilizando-se, sobretudo, do exemplo do povo argelino. No Brasil, o receio diante das disparidades internas então se colocava como um alerta na tentativa de conter uma possível escalada revolucionária no país. Toda essa preocupação vai desencadear uma série de ações de assistência à população civil realizadas pelas Forças Armadas no sentido de criar um campo de simpatia junto aos habitantes de áreas remotas em relação à ditadura militar que se estabeleceu após o golpe de 1964.

413

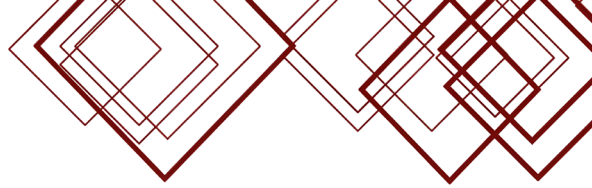
Dessa forma, as Forças Armadas brasileiras passaram a centrar atenção também para uma política especial voltada à população civil, principalmente àquela que vivia em áreas mais distantes dos grandes centros urbanos e em condições de vida precárias. Tal atenção passou por diversos caminhos, indo desde ações na área da educação como projeto de alfabetização e amparo diversos a escolas, cursos profissionais voltados para os recrutas que retomariam a vida civil após o serviço militar, atividades recreativas com crianças e, principalmente, através das Ações Cívico-Sociais (ACISO). Através das ACISO, unidades militares realizaram atividades diversas que



incluíam o atendimento na área da saúde, distribuição de medicamentos e alimentos, vacinações, reformas de escolas ou outros estabelecimentos públicos, obras de infraestrutura como a abertura de estradas e a construção de pontes, entre tantas outras. Sua execução estava diretamente ligada às concepções do período da Guerra Fria, tendo feito parte dos cursos sobre o combate à guerra revolucionária e sendo utilizadas, inclusive, como estratégia de conquista do apoio da população civil residente em áreas onde se instalaram movimentos de luta armada contra a ditadura militar, como nas guerrilhas do Caparaó e do Araguaia (GUIMARÃES, 2014).

414

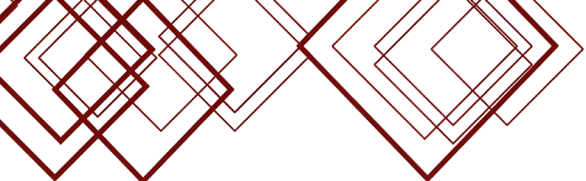
O auxílio às áreas que haviam sofrido alguma forma de catástrofe natural, como enchentes, secas prolongadas, tempestades e outras, também merecem destaque. No entanto, tais ações já eram realizadas antes mesmo das demais mencionadas. Mas foi a partir da implantação da ditadura que programas voltados para a assistência a civis, pensadas no intuito de aproximar a população das Forças Armadas e do próprio governo militar imposto após o golpe de 1964, passaram a ser de fato realizados de forma coordenada. Assim, ao auxiliar habitantes de regiões remotas, ao assistir pessoas que viviam em situação de miséria, ao desenvolver programas voltados à formação profissional facilitando a absorção de indivíduos no mercado de trabalho ou contribuindo para a sua fixação no campo, ao alfabetizar crianças e adultos, entre outros programas colocados em prática no período, as corporações militares assumiam um projeto de auxílio ao desenvolvimento do país e para a redução das desigualdades, mas, sobretudo, planejavam proteger-se contra a “infiltração comunista”, indo ao encontro das preocupações dos teóricos militares que viam na população desassistida pelo Estado uma brecha maior para o avanço da guerra revolucionária. Tais ações transportavam os



militares agora para outro campo de batalha, aquele pelo domínio dos “corações e mentes” das populações vulneráveis aos “perigos da revolução”.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. Os serviços de Informações no Brasil: a construção burocrática da rede. In.: ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI e ABIN: Entre a Teoria e a Prática: Uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro, 2001, p. 41-75. Disponível em <[http://www.fafich.ufmg.br/pae/bibliografia\\_republica.htm](http://www.fafich.ufmg.br/pae/bibliografia_republica.htm)> Acesso em: 01 jul. 2014.
- ARAUJO, Rodrigo Nabuco de. A influência francesa dentro do Exército brasileiro (1930-1964): declínio ou permanência?. *Revista Esboços*, Florianópolis, v.15, nº 20, p. 245-273, 2008.
- BONNET, Gabriel. *Guerrilhas e Revoluções*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1963.
- CARDOSO, Ten-Cel Adalberto de A. Segurança e defesa. *A Defesa Nacional*, nº 574-575, p. 31-35, mai/jun 1962.
- CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- COSTA, Octavio. A imagem do Exército perante a opinião pública. *A Defesa Nacional*, nº 619, p.71-83, Mai/Jun 1968.
- D'ARAUJO, Maria Celina; DILLON, Gláucio Ary; CASTRO, Celso. *Visões do golpe: a memória militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- FERREIRA, Ten-Cel José Perboyre de Vasconcelos. Guerra Insurrecional. *A Defesa Nacional*, nº 576-577, p. 5-23, Jul/Ago 1962.
- FREITAS, Cel. Ayrton Salgueiro de. Como vencer o comunismo. A



Defesa Nacional, Rio de Janeiro, nº 553, p. 3-5, Ago 1960.

GUIMARÃES, Plínio Ferreira. *Outras formas de enfrentar a ameaça comunista: os programas assistenciais do Exército brasileiro como estratégia de combate à guerra revolucionária (1964-1974)*. 2014. 300f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

HIRST, Mônica Ellen Seabra. *As relações Brasil – Estados Unidos desde uma perspectiva multidimensional: evolução contemporânea, complexidades atuais e perspectivas para o século XXI*. 2011. 201f. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

416 HUGGINS, Martha K. *Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.

KURZ, Frederico. A Guerra Psicológica. *A Defesa Nacional*, p. 41-48, Nov/Dez 1961.

MARTINS FILHO, João Roberto. A conexão francesa: da Argélia ao Araguaia. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol.28, nº 48, p. 519-536, jul./dez. 2012.

MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, p. 39-50, 2008.

MARTINS FILHO, João Roberto. As políticas militares dos EUA para a América Latina (1947-1989). *Teoria e Pesquisa*, nº 46, p. 106-139, jan. 2005.

MATTOS, Carlos de Meira. A guerra insurrecional ou revolucionária. *A Defesa Nacional*, nº 553, p. 117-121, Ago 1960.





- MATTOS, Carlos de Meira. As operações na guerra revolucionária. *A Defesa Nacional*, nº 612, p. 9-18, mar/abr 1967.
- MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro, 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O anticomunismo militar. In: SEMINÁRIO 40 Anos do Golpe de 1964. *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p. 290-305.
- OLIVEIRA, Maj. Art. Kleber Frederico de. Aspectos doutrinários da guerra revolucionária. *A Defesa Nacional*, nº 595, p. 27-46, mai/jun 1964.
- PACHECO E SILVA, A.C. A Segurança Nacional e a Guerra Fria. *A Defesa Nacional*, nº 576-577, p. 25-32, Jul/Ago 1962.
- QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p. 19-41, jan/jun 2012.
- SAMPAIO, Joffre. Emprego do poder psico-social em uma unidade. *A Defesa Nacional*, nº 608, p.129-136, Jul/Ago 1966.

Recebido em: 19/02/2023 • Aprovado em 04/08/2024